Corregedoria da Justiça
Concursos do Foro Extrajudicial
FUNREJUS
Núcleo de Conciliação do 2º Grau
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais
Comarca da Capital
Direção do Fórum
Cível
Crime
Fazenda Pública
Família
Delitos de Trânsito
Execuções Penais
Tribunal do Júri
Infância e Juventude
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Precatórias Criminais
Auditoria da Justiça Militar
Central de Inquéritos
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais
Concursos
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO

EDITAL Nº 052/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ, REGULADO PELO EDITAL Nº 001/2025

A COMISSÃO DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICOS o resultado definitivo da etapa da inscrição definitiva, a relação dos candidatos habilitados à quarta etapa do Concurso, a convocação para a prova oral e para os respectivos sorteios, o programa específico da prova oral e as demais disposições necessárias à realização da quarta etapa do certame, nos termos deste Edital.

1. DO RESULTADO DEFINITIVO DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1.1. Após o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado preliminar divulgado pelo Edital nº 051/2025, fica divulgado o resultado definitivo da etapa da inscrição definitiva.

1.2. Ficam deferidas as inscrições definitivas dos candidatos relacionados no subitem 2.1 deste Edital, observadas as situações individualmente indicadas.

1.3. A candidata Amanda Sian Orsi de Campos, inscrição nº 473001514, fica incluída na relação de candidatos habilitados à quarta etapa, *sub judice*, em cumprimento à decisão liminar proferida no Mandado de Segurança nº 0150278-84.2026.8.16.0000, permanecendo sua participação no certame submetida aos limites e à vigência da respectiva decisão judicial.

1.4. A participação dos demais candidatos identificados como *sub judice* permanecerá igualmente submetida às respectivas decisões judiciais.

2. DOS CANDIDATOS HABILITADOS À QUARTA ETAPA

2.1. Ficam habilitados à quarta etapa do Concurso Público, consistente na prova oral, os candidatos relacionados nas tabelas a seguir:

AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Nome	Situação
473004236	Adriel da Luz de Oliveira	Deferida
473003743	Aline dos Santos Natal	Deferida
473000215	Aline Munhoz Saliba	Deferida
473000396	André Vagner Tomazetto	Deferida
473001514	Amanda Sian Orsi de Campos	Deferida - *Sub Judice*
473005089	Bianca Mac Knight Lemberg	Deferida
473004486	Bruno Marques de Assis	Deferida
473002057	Bruno Schafer Carazzo	Deferida
473003572	Carla Fernanda de Souza	Deferida
473001015	Caroline Bervian	Deferida
473000038	Clayton Marques Ismael Neto	Deferida
473002188	Daniella Kallynne de Oliveira Garcia	Deferida
473003614	Elias Americo Boro	Deferida
473000664	Felipe de Morais Lima	Deferida
473004426	Fernanda Rodrigues Lagares	Deferida
473003824	Gabriel Franciscon Machado	Deferida
473002298	Gabriela Candido Salatin	Deferida - *Sub Judice*
473003109	Gilberto Giacoia Junior	Deferida - *Sub Judice*
473002027	Guilherme Sartori Hendges	Deferida
473004578	Indira Barboza da Silva	Deferida
473001475	Isabella Sales Gualberto	Deferida
473000373	Jair Rodrigues Santos Júnior	Deferida
473002883	Joanna do Amaral Leite Ada	Deferida
473002720	João Marcos Matias Oldakowski	Deferida - *Sub Judice*
473001830	Joao Pedro Nogueira Ferreira Monteiro	Deferida
473001825	João Vitor Corrêa Penteado	Deferida
473003370	Johanna Pessuto Paulino	Deferida
473000296	Kaline Rizzatti Barros	Deferida
473001632	Lara Firmino Elias	Deferida
473000621	Lidia Maria Moreira Saraiva	Deferida
473000115	Lohan Ribeiro Couto	Deferida
473002321	Lucas Lopes Saling	Deferida
473002231	Lucian da Paixão Sachetti	Deferida - *Sub Judice*
473001247	Luisa Doria de Oliveira Franco	Deferida
473004122	Luiza Deretti Martins	Deferida
473003361	Márcio Junior Cipriano Bispo	Deferida
473003829	Maria Clara Dias Abboud Hanna	Deferida
473000300	Mariana Andrade Bacellar Batista	Deferida
473001273	Mariana Gabrielle Costa	Deferida

473000189	Mateus de Castro Rosembach	Deferida
473000367	Matheus Rodrigues Amaral	Deferida
473001978	Maurício Feijó Kugler	Deferida
473002164	Murilo Henrique Moraes Sousa	Deferida
473000058	Natália Lima Provasi	Deferida
473004358	Nathan Hiroyuki Nakaza	Deferida
473001030	Pamera Larissa Mendes de Oliveira	Deferida
473000600	Paulo Spader	Deferida, exclusivamente na ampla concorrência
473001299	Rubens Lombardi Neto	Deferida
473000709	Victor Roberto Lesinhovski	Deferida - *Sub Judice*
473002320	Victória Mazzarolo Barancelli	Deferida
473002836	Vinicius Silva Nass	Deferida
473000018	Willian Cesar Cavalli	Deferida
473001261	Ygor Eduardo Marques Machado	Deferida

CANDIDATOS NEGROS (PRETOS E PARDOS)

Inscrição	Nome	Situação
473003728	Ana Paula Oliveira Freitas	Deferida
473000266	João Vitor Ribeiro Barbosa	Deferida

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Inscrição	Nome	Situação
473002022	Fernanda Lacerda Rosa	Deferida
473001908	Giovana Luiza Gavioli	Deferida
473002321	Lucas Lopes Saling	Deferida
473002231	Lucian da Paixão Sachetti	Deferida - *Sub Judice*
473001941	Victor Bambinetti Gonçalves	Deferida

2.2. Ficam definitivamente INDEFERIDAS as inscrições definitivas das seguintes candidatas, cujos recursos administrativos foram conhecidos e desprovidos, por unanimidade de votos da Comissão de Concurso, conforme fundamentação já disponibilizada às interessadas.

Inscrição	Nome	Situação
473000931	Giovana Lourenço de Melo	Indeferida
473003622	Mayara Garcia Melo	Indeferida

3. DA CONVOCAÇÃO PARA A QUARTA ETAPA - PROVA ORAL

3.1. Todos os candidatos relacionados no subitem 2.1 deste Edital ficam convocados para a quarta etapa do Concurso, consistente na Prova Oral, na forma do item 15 do Edital nº 001/2025.

3.2. A Prova Oral será prestada em sessão pública, na presença dos membros da Comissão Examinadora, de forma individual para cada candidato.

3.3. As provas orais serão realizadas no período de 09 a 19 de novembro de 2026, na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n°- Centro Cívico, nesta Capital, observada a ordem de arguição definida mediante sorteio público.

3.4. Serão arguidos 7 (sete) candidatos por dia, segundo a ordem resultante do sorteio, ficando os candidatos remanescentes destinados à última sessão de arguição.

3.5. Não haverá segunda chamada para a realização da Prova Oral, e o não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato do Concurso.

3.6. Durante o tempo da arguição, o candidato poderá consultar códigos ou legislação esparsa sem comentários ou anotações, a critério da Comissão Examinadora.

3.7. A Prova Oral será objeto de registro em gravação de áudio ou por qualquer outro meio que possibilite sua posterior reprodução.

4. DO SORTEIO DA ORDEM DE ARGUIÇÃO

4.1. Todos os candidatos relacionados no subitem 2.1 deverão estar presentes no dia 8 de novembro de 2026, às 8h, horário de Brasília/DF, **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO**, na sala 201-A, localizada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba/PR, para participarem do sorteio da ordem de arguição, conforme estabelece o subitem 15.7 do Edital nº 001/2025.

4.2. Após a definição da ordem de arguição, os candidatos serão distribuídos pelas sessões de prova oral, observado o quantitativo estabelecido no subitem 3.4.

5. DO SORTEIO DOS PONTOS

5.1. Será realizado sorteio público de um ponto em cada disciplina para cada candidato, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da respectiva arguição, nos termos do subitem 15.5 do Edital nº 001/2025.

5.2. No dia 8 de novembro de 2026, na sala 201-A, localizada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba/PR, após o sorteio da ordem de arguição, serão sorteados os pontos correspondentes aos 7 (sete) primeiros candidatos, cuja prova oral ocorrerá no dia 9 de novembro de 2026.

5.3. Nos dias subsequentes, sempre às 8h, horário de Brasília/DF, os candidatos cuja prova oral estiver prevista para o dia imediatamente seguinte deverão comparecer à sala 201-A, localizada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba/PR, para a realização do sorteio dos respectivos pontos, observada a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas prevista no subitem 15.5 do Edital nº 001/2025.

5.4. Para os candidatos cuja arguição ocorrerá no dia 16 de novembro de 2026, o sorteio dos pontos será realizado no dia 15 de novembro de 2026, às 8h, horário de Brasília/DF, na sala 201-A, localizada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba/PR.

5.5. A arguição versará sobre o conhecimento técnico relacionado ao ponto sorteado, incumbindo à Comissão Examinadora avaliar o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

6. DO PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

6.1. Nos termos do subitem 15.3 do Edital nº 001/2025, para efeito da Prova Oral e do sorteio dos respectivos pontos, fica estabelecido o programa específico constante deste item.

6.1.1. As disciplinas de Juizados Especiais, Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e Código de Organização e Divisão Judiciárias ficam agrupadas em uma única matéria.

6.1.2. As disciplinas de Noções Gerais de Direito e Formação Humanística e Direitos Humanos ficam agrupadas em uma única matéria.

DIREITO CIVIL

PONTO Nº 1

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sistema do Código Civil. Princípios gerais do Direito. Unidade sistemática e pluralidade de fontes. Codificação e constitucionalização das relações interprivadas. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direitos imprescritíveis. Relação jurídica e situações jurídicas. Situações subjetivas existenciais e situações subjetivas patrimoniais. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos de personalidade. Da ausência. Da personalidade jurídica. Liberdade, autonomia e novas tecnologias. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. Dos bens. Dos Bens. Bens considerados em si mesmos. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Distinção dos particulares.

PONTO Nº 2

Dos Fatos jurídicos. Teoria Geral do negócio jurídico. Prova. Negócios jurídicos: conceito, pressupostos e elementos de existência, requisitos de validade; classificações. Inexistência, invalidade e ineficácia. Interpretação dos atos e negócios jurídicos. Defeitos dos atos e negócios jurídicos. Erro. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Prova dos fatos jurídicos. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. A função negocial nas relações jurídicas contemporâneas. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos jurídicos ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. Prescrição e decadência. Regime jurídico do Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento ex officio e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Prazos de decadência.

PONTO Nº 3

Das Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações. Mora. Contratos em geral. Normas gerais. Extinção do contrato. Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. Pós-eficácia contratual. Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Revisão contratual. Teorias subjetivas e objetivas. Imprevisão. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da base do negócio jurídico.

PONTO Nº 4

Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear. Gestão de negócios. Distinções e semelhanças do regime jurídico-contratual entre 'civil law' e 'common law'. Contratos em espécie (típicos): Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Fiança. Empréstimo. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Transação. Contratos atípicos. Contratos agrários. Parceria e arrendamento. Atos Unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Do novo direito de danos e os reflexos na imputação e no nexo causal.

PONTO Nº 5

Da posse. Conceito e classificação. Detenção. Aquisição. Efeitos e perda. Composse e defesa dos direitos possessórios. Posse justa, violenta, clandestina e precária. Posse de boa-fé. Constituto possessório. Aquisição, efeitos, desforço próprio. Direitos do possuidor de boa-fé. Obrigações e direitos do possuidor de má-fé. Exceptio proprietatis. Perda da posse. Da propriedade. Função social da propriedade. Aquisição da propriedade imóvel. Modos de aquisição a título originário e derivado. Aquisição da propriedade móvel. Tradição. Perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso e Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Alienação fiduciária. Proteção possessória. Usucapião. Espécies e requisitos.

PONTO Nº 6

Direito das famílias. Direitos pessoais. Casamento. Formas, pressupostos, capacidade, impedimentos, causas suspensivas, celebração, provas, nulidade,

anulabilidade e eficácia. Dissolução do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Formas, causas, hipóteses de impossibilidade de vida em comum. Separação, divórcio e proteção da pessoa dos filhos. Direito Parental. Relação de parentesco, filiação, reconhecimento dos filhos, adoção, poder familiar e bem de família. Investigação de paternidade. Fundamentos biologistas e bases socioafetivas da filiação e do parentesco. Filiação matrimonial. Filiação havida fora do casamento. Posse de estado de filho. Filiação e descendência genética. Guarda compartilhada (Lei nº 13.058/2014). Direito Protetivo. Tutela e Curatela. Medidas protetivas à violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006). Direito das famílias. Direitos pessoais. Da União Estável e do Concubinato. União estável. Conceito, condições, impedimentos, deveres, causas suspensivas do casamento e a união estável, regime patrimonial. Concubinato. Conceito e reconhecimento judicial. Da União Homoafetiva. Direito das Família. Direitos patrimoniais. Regimes de bens no casamento, usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Conceito, abrangência, finalidade, pressupostos, critérios e características da obrigação. Bem de família.

PONTO Nº 7

Do Direito das Sucessões. Da sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Testamentos público, cerrado e particular. Codicilo. Legados e sua caducidade. Testamentos especiais. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação de bens. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação de partilha. Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046.

PONTO Nº 8

Registros Públicos. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Natureza dos serviços. Delegação. Fé pública. Lei nº 8.935/94. Registro de imóveis. Princípios de regência do registro imobiliário. Atos sujeitos a registro. Averbações. Registro de Títulos e Documentos. Atos sujeitos a registro. Sociedades religiosas e partidos políticos. Competência para registro dos atos constitutivos e estatutos. Registro Civil das Pessoas Naturais. Atos sujeitos a registro. Tabelionatos de Notas e Tabelionatos de Protestos Cambiais. Competência dos titulares. Da alienação fiduciária (Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969). Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964), Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004. Do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Lei nº 14.382/2022. Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020). Resolução CNJ nº 452, de 22/4/2022. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO Nº 1 - Teoria Geral do Processo, Normas Fundamentais, Jurisdição, Competência e Cooperação Judiciária

Direito material e direito processual. Direito processual e Constituição. Acesso à justiça. Normas processuais fundamentais. Boa-fé objetiva, cooperação processual e eficiência. Instrumentalidade das formas, efetividade da tutela jurisdicional, economia processual e duração razoável do processo. Meios adequados de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem. Aplicação das normas processuais. Jurisdição: conceito, características, espécies, escopos, princípios e limites. Competência: critérios, limites, incompetência absoluta e relativa e meios de suscitação. Modificação da competência, prevenção, prorrogação e perpetuatio jurisdictionis. Cooperação nacional e internacional. Atos de concertação. Produção de prova única nos litígios de massa.

PONTO Nº 2 - Ação, Processo, Sujeitos Processuais e Intervenção de Terceiros

Ação: conceito, natureza jurídica, teorias, condições, identificação e classificação. Processo: conceito, natureza jurídica e teorias. Pressupostos processuais. Partes e capacidade processual. Deveres processuais e responsabilidade. Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça. Despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e gratuidade da justiça. Sucessão e substituição processual. Curador especial e procuradores. Litisconsórcio: modalidades, poderes e limitação. Intervenção de terceiros: espécies e características. Assistência simples e litisconsorcial. Denunciação da lide e chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Carreiras essenciais à administração da Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública.

PONTO Nº 3 - Atos Processuais, Negócios Processuais e Invalidade dos Atos

Atos processuais: conceito, classificação e forma. Negócio jurídico processual e convenção processual. Calendário processual. Prática de atos processuais no processo eletrônico. Atos das partes e atos do juiz. Preclusão temporal, lógica e consumativa. Preclusão pro judicato. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Citações e intimações. Teoria da aparência. Citação real e ficta. Contumácia. Invalidade dos atos processuais. Mera irregularidade, anulabilidade e nulidade. Vícios processuais sanáveis e insanáveis. Distribuição e registro. Valor da causa.

PONTO Nº 4 - Tutelas Provisórias e Direito Probatório

Tutelas provisórias: aspectos gerais e poder geral de tutela. Tutelas de urgência. Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos e procedimentalização. Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. Tutela de evidência: cabimento, requisitos e procedimentalização. Distribuição do tempo do processo. Provas: conceito e disposições gerais. Relevância e admissibilidade. Prova direta e indireta. Presunções e máximas de experiência. Ônus e dever probatório. Distribuição estática e dinâmica. Inversão. Poderes probatórios do juiz. Prova ilícita. Regras de exclusão e de privilégio. Provas típicas e atípicas. Prova estatística nas demandas coletivas. Prova e tutela inibitória. Produção da prova e produção antecipada da prova. Valoração da prova. Sistema do convencimento motivado. Standards de prova. Audiência de instrução e julgamento.

PONTO Nº 5 - Procedimento Comum e Formação da Decisão Judicial

Procedimento comum. Formação, suspensão e extinção do processo. Elementos da demanda. Petição inicial: requisitos, alteração, aditamento, emenda, inépcia e indeferimento. Improcedência liminar do pedido, recursos e retratação. Teoria da aparência. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta: conceito e espécies. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. Delimitação das questões e requerimento de esclarecimentos. Saneamento compartilhado.

PONTO Nº 6 - Sentença, Coisa Julgada e Cumprimento de Sentença

Sentença: conceito, disposições gerais, classificação e elementos. Racionalidade, fundamentação analítica, interpretação e argumentação jurídica. Justificação das consequências da decisão judicial segundo a LINDB. Interpretação e efeitos da decisão judicial. Regra da congruência. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa. Tutela específica. Remessa necessária. Coisa julgada: conceito, espécies e limites. Eficácias negativa, positiva e preclusiva. Relativização da coisa julgada.

O deduzido e o dedutível. Coisa julgada sobre questão. Sentenças autossuficientes e não autossuficientes. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença: disposições gerais.

Cumprimento provisório e definitivo. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa. Cumprimento de sentença de alimentos, provisórios ou definitivos. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa. Defesa no cumprimento de sentença.

PONTO Nº 7 - Processo de Execução, Responsabilidade Patrimonial e Legislação Executiva Extravagante

Processo de execução: disposições gerais, partes, competência e requisitos. Títulos executivos. Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução e proteção do terceiro de boa-fé. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Atos expropriatórios. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. Bem de família: Lei nº 8.009/1990. Execução fiscal: Lei nº 6.830/1980. Prescrição das pretensões contra a Fazenda Pública: Decreto nº 20.910/1932 e Decreto-lei nº 4.597/1942. Medidas cautelares, tutela antecipada contra o Poder Público e suspensão de liminares: Leis nº 8.437/1992 e nº 9.494/1997.

PONTO Nº 8 - Procedimentos Especiais, Jurisdição Voluntária, Processos nos Tribunais, Recursos, Precedentes e Legislação Processual Extravagante

Procedimentos especiais do CPC: consignação em pagamento, exigir contas, ações possessórias, inventário e partilha, ações de família, embargos de terceiro, oposição, habilitação e ação monitória. Homologação do penhor legal, regulação de avaria grossa e restauração de autos. Jurisdição voluntária: disposições gerais, notificação e interpelação e alienação judicial. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens. Testamentos e codicilos, herança jacente, bens dos ausentes e coisas vagas. Interdição e tutela. Organização e fiscalização das fundações. Ordem dos processos nos tribunais e competência originária. Incidente de assunção de competência, arguição de inconstitucionalidade e incidente de resolução de demandas repetitivas. Conflito de competência. Homologação de sentença estrangeira e exequatur a carta rogatória. Ação rescisória e reclamação. Recursos: conceito, natureza jurídica, classificação, normas fundamentais e efeitos. Juízos de admissibilidade e de mérito. Sucedâneos recursais e ações autônomas de impugnação. Precedentes: ratio decidendi, obiter dictum, formação, vinculação, distinção e superação. Súmulas, súmulas vinculantes e papel das Cortes Superiores. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário. Repercussão geral. Recursos especial e extraordinário repetitivos. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência. Técnica de julgamento não unânime. Legislação extravagante: assistência judiciária; divórcio, separação e união estável; proteção do consumidor; desapropriação; registros públicos; mandado de segurança; ação popular, ação civil pública e improbidade administrativa; habeas data; alimentos e alimentos gravídicos; investigação de paternidade; habeas corpus cível; usucapião; Juizados Especiais Estaduais, Federais e da Fazenda Pública; informatização do processo judicial; súmula vinculante; mediação e autocomposição; LINDB; arbitragem. Reflexos do CPC de 2015 na legislação processual esparsa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

PONTO Nº 1

Fundamentos Constitucionais e infraconstitucionais do Direito do Consumidor. Campo de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor - CDC. Relação de Consumo. Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Correntes. Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e STJ.

PONTO Nº 2

Principiologia e Direitos Básicos no CDC. Inversão do ônus da prova. Responsabilidade pelo fato e do produto e do serviço no CDC. Responsabilidade pelo Vício do produto e do serviço no CDC. Prazos. Garantia Contratual e Legal.

Decadência e Prescrição. Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC. Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e STJ.

PONTO Nº 3

Oferta e Publicidade. Práticas Comerciais Abusivas. Cobrança de Dívidas e cadastros de Inadimplentes. Proteção Contratual no CDC. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Financiamentos. Ações de revisão de contrato. Defesa dos Direitos do Consumidor em Juízo. Ações Coletivas para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em matéria de consumo. Lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei nº 9.656/1998). Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e STJ.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO Nº 1

Constituição Federal de 1988: Proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da Infância e Juventude. Normativa Internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Convenção de Haia sobre Cooperação em Matéria de Adoção, Regras Mínimas sobre Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing). Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça. Autorização de viagem. Resolução CNJ nº 295 de 13/09/2019. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações): Livro I - Parte geral: Título I - Disposições preliminares. Título II - Direitos fundamentais. Título III - Prevenção. Livro II - Parte especial: Título I - Da Política de atendimento. Título II - Das medidas de proteção. Título IV - das medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Título V - Do Conselho Tutelar. Título VI - Acesso à justiça.

PONTO Nº 2

Constituição Federal de 1988: Proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da Infância e Juventude. Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993, com as alterações da Lei nº 12.435/2011). Política Nacional de Assistência Social (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 145/04 - D.O.U. 28.10.2004). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09 - D.O.U. 25.11.2009). Resolução CNJ nº 165/2012 e suas alterações. Recomendação CNJ nº 98/2021. Resolução CONANDA nº 169/2014. Resoluções nº 113, de 19.04.06 e nº 117, de 11.07.06, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõem sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Proteção e direitos das crianças e adolescentes com transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001). Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018- Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Lei nº 14.344/2022 - cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte. Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância. Resolução CONANDA nº 231/2022 - Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

PONTO Nº 3

Constituição Federal de 1988: Proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da Infância e Juventude. Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) (Lei nº 12.594/2012). Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações): Livro II - Parte Especial: Título III - Da prática de ato infracional. Título VI - Do Acesso à Justiça. Título VII - Dos Crimes e Das Infrações Administrativas.

DIREITO PENAL

PONTO Nº 1

Direito Penal: conceito, funções e caracteres. Ciências Penais e disciplinas auxiliares. Teorias da ação. Causas que excluem a ação e omissão. Relação de causalidade. Teorias. Superveniência de causa relativamente independente. Causação e imputação do resultado. Teorias. Estrutura do delito omissivo. Delito omissivo próprio. Delito omissivo impróprio. Teoria das Circunstâncias. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais. Circunstâncias legais. Circunstâncias agravantes. Reincidência. Conceito e elementos da reincidência. Espécies e efeitos da reincidência. Agravantes no concurso de pessoas. Circunstâncias atenuantes. Causas de aumento e de diminuição de pena. Qualificadoras. Suspensão condicional da pena. Conceito e natureza jurídica. Sistemas. Requisitos. Espécies. Condições. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção. Competência. Prescrição. Conceito e fundamentos. Os prazos de prescrição e sua contagem. Espécies. Suspensão e interrupção da prescrição. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações). Dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997 e suas alterações). Dos crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997 e suas alterações). Dos crimes de transplante de órgãos (Lei nº 9.434/1997 e suas alterações).

PONTO Nº 2

Escolas e tendências penais: escola clássica, escola positiva, escola crítica, escola moderna alemã, escola penal humanista, escola técnico-jurídica, escola correcionalista, movimento de defesa social. Principais fases da evolução epistemológica do Direito Penal: positivismo, neokantismo, finalismo e ontologismo do finalismo de Welzel, pós-finalismo: normativismo funcionalista. Direito Penal do Inimigo. Tipicidade. Conceito de tipo. Tipicidade e ilicitude. Desvalor da ação, desvalor do resultado. Classificação estrutural dos tipos. Tipo de injusto de ação doloso: tipo objetivo e tipo subjetivo. Elemento subjetivo geral: o dolo. Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo). Tipo de injusto de ação culposo. Conceito e elementos. Modalidades de culpa. Espécies de culpa. Princípio da confiança. Dolo eventual e culpa consciente. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Teorias da pena. Conceito. Espécies. Fundamentos e fins da pena. Teorias absolutas, relativas ou unitárias (ecléticas), Classificação das penas. Sistemas penitenciários. Livramento condicional. Requisitos de ordem objetiva e subjetiva. Concessão do livramento. Condições. Carta de livramento, cerimônia, caderneta e pecúlio. Revogação obrigatória e facultativa. Efeitos da revogação. Modificação das condições. Suspensão do livramento. Prorrogação do período de prova e extinção da pena. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações). Dos crimes de propriedade intelectual de programa de computador (Lei nº 9.609/1998). Crimes de propriedade intelectual (Lei nº 9.279/1996 e suas alterações).

PONTO Nº 3

Princípios Fundamentais do Direito Penal. Princípio da legalidade ou reserva legal. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da culpabilidade. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade. Princípios da pessoalidade e da individualização da pena. Princípio da proporcionalidade. Princípio da humanidade. Princípio da adequação social. Princípio da insignificância. Ilicitude ou antijuridicidade. Causas de justificação. Estado de necessidade: conceito, fundamento e requisitos. Legítima defesa: conceito, fundamento e requisitos. Estrito cumprimento de dever legal: conceito, fundamento, requisitos. Colisão de deveres. Exercício Regular de direito: conceito, fundamento e requisitos. Consentimento do ofendido: conceito, funções, fundamento e requisito. Princípios da Execução Penal: Princípio da legalidade; Princípio do devido processo legal; Princípio da humanidade; Princípio da jurisdicionalidade; Princípios do contraditório e da ampla defesa; Princípio da publicidade. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal: Do objeto da execução penal; da jurisdição do Juízo da Execução; dos presos provisórios, condenados pela Justiça Eleitoral ou Militar; delitos não atingidos pela sentença ou pela lei; a comunidade como ente colaborador. Classificação dos condenados: exame de personalidade e exame criminológico. Assistência: assistência material, assistência à saúde, assistência educacional, assistência social, assistência religiosa, assistência ao egresso. Trabalho: trabalho interno e externo. Deveres e direitos do preso. Disciplina: Faltas disciplinares, regime disciplinar diferenciado, sanções, aplicação das sanções e procedimento disciplinar. Órgãos da Execução Penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciaria. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos penitenciários. Departamento Penitenciário Nacional. Departamento Penitenciário local. Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública. Medidas de Segurança. Conceito. Natureza jurídica. Pena e medida de segurança. Princípio da legalidade. Sistemas. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança: prática de fato punível, periculosidade do autor, e ausência de imputabilidade plena. Espécies: internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, e tratamento ambulatorial. Locais de internação e tratamento. Duração das medidas de segurança. Exame de verificação da cessação de periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Medida de segurança substitutiva: semi-imputabilidade e superveniência de doença mental. Duração da medida de segurança substitutiva. Extinção da punibilidade e medidas de segurança. Direitos do internado. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes de discriminação na relação jurídica de trabalho (Lei nº 9.020/1995). Dos crimes eleitorais (Lei nº 4.737/1965 e suas alterações). Dos crimes de responsabilidade penal dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações). Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005 e suas alterações).

PONTO Nº 4

Bem Jurídico-Penal: Conceito e delimitação. Bem jurídico individual e transindividual. Objeto do crime. Bem jurídico e função. Culpabilidade. Conceito. Evolução dogmática da culpabilidade. Conceito material de culpabilidade. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão da imputabilidade. Imputabilidade diminuída. Embriaguez actio libera in causa. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e modalidades. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível. Exigibilidade de conduta diversa. Inexigibilidade. Hipóteses legais e supralegais de exculpação. Estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia agrícola, industrial ou similar. Casa do albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Cadeia Pública. Penas privativas de liberdade e execução das penas em espécie: Reclusão e Detenção. Guia de recolhimento. Cálculo de liquidação e soma das penas. Superveniência de doença mental. Regimes. Soma e unificação de pena, detração, remição e fixação de regime. Progressão de regime: requisito objetivo e subjetivo, progressão nos crimes hediondos ou equiparados, regime aberto. Progressão por saltos. Regressão de regime. Monitoração eletrônica. Permissão de saída prisional. Saída temporária. Requisitos para a concessão da saída temporária. Condições legais de fiscalização. Prazo para saída temporária. Revogação da saída temporária. Remição. Contagem do tempo remido. Decisão judicial. Perda do tempo remido. Tempo remido e benefícios. Processo e procedimento judicial na execução penal. Iniciativa. Procedimento. Videoconferência na execução penal. Agravo em execução. Conversões na execução. Incidentes de execução. Conversões: pena privativa de liberdade em penas restritivas de direito; penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade; impossibilidade de conversão da pena de multa; pena privativa de liberdade em medidas de segurança. Tratamento ambulatorial em internação. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes

contra a família. Dos crimes referentes à violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações). Dos crimes previstos na Lei nº 9.263/1996 e suas alterações (planejamento familiar). Dos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003 e suas alterações). Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações). Lei de Prevenção e Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 14.344/2022).

PONTO Nº 5

Teoria da lei penal. Fontes do Direito Penal: costume, jurisprudência e doutrina. Norma e lei penal: conceito e estrutura lógica da norma jurídico-penal. Lei penal em branco. Interpretação da lei penal. Aplicação da lei penal: argumento analógico, princípios gerais de direito e equidade. Âmbito temporal da lei penal: irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime. Etapas da realização do delito: consumação e tentativa. Conceito e elementos. Fundamento da punibilidade da tentativa. Preparação e execução. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime impossível e delito putativo. Intervenção predisposta de autoridade e atuação do agente provocador. Penas restritivas de direitos. Prestação pecuniária. Perda de bens e valores. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Interdição temporária de direitos: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandado eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos. Limitação de fim de semana. Substituição. Conversão da pena na execução. Fiscalização e regras para execução. Excesso ou desvio na execução. Legitimidade para suscitar o incidente. Efeitos da condenação. Conceito. Efeitos secundários penais. Efeitos secundários extrapenais: genéricos específicos. Reabilitação: conceito, condições, requisitos, efeitos e revogação. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra o estado democrático de direito, renumerando-se os demais itens. Dos crimes de interceptação das comunicações telefônicas (Lei nº 9.296/1996). Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Leis nº 8.137/1990 e suas alterações e nº 8.176/1991). Dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações). Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

PONTO Nº 6

Âmbito espacial da lei penal. Princípios Fundamentais. Conceito de território nacional. Lugar do delito. Extraterritorialidade: imunidade diplomática e imunidade parlamentar. Extradição: conceito e espécies. Princípios e condições. Limitações à extradição. Deportação e expulsão. Concurso de delitos. Unidade e Pluralidade delitiva. Sistemas. Concurso material ou real. Concurso formal ou ideal. Crime continuado. Multas no concurso de delitos. Pena de multa. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas de cominação de multa penal. Aplicação da pena de multa. Pagamento e parcelamento. Conversão e suspensão da pena de multa. Da prescrição da pena de multa na execução. Condições objetivas da punibilidade. Definição e natureza jurídica. Enumeração e efeitos. Escusas absolutórias. Conceito e denominação. Natureza jurídica. Dos crimes contra a fé pública e delitos das fraudes em certames de interesse público. Dos crimes de lavagem de capitais (Lei nº9.613/1998 e suas alterações). Das disposições penais em relação à prevenção e repressão de organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações). Dos Crimes previstos na Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023). Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações).

PONTO Nº 7

Delito: conceito formal, material ou analítico. Classificação dos delitos: delito de resultado, delito de mera atividade ou conduta, delito qualificado pelo resultado, delito de lesão, delito de perigo abstrato e concreto, delito comum, especial (próprio e impróprio), delito de mão própria, delito unissubsistente, delito plurissubsistente, delito pluriofensivo, delito instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes, delito de dano, delito comissivo, delito omissivo próprio (puro) e omissivo impróprios (ou comissivos por omissão, ou comissivos-omissivos), delitos unissubjetivo, delito plurissubjetivo (coletivo, de concurso necessário), delitos de ação única, delitos de ação múltipla ou de conteúdo variado, delito complexo, delito progressivo ou de passagem, delito habitual. Sujeitos do delito. Sujeito ativo e passivo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Concurso de pessoas. Autoria e participação: teorias, requisitos e divisão. Autoria e coautoria: conceito de autor. Autoria colateral Participação: conceitos, elementos e espécies de participação. Punibilidade no concurso de pessoas. Circunstâncias incomunicáveis. Determinação da pena. Conceitos e sistemas. Individualização legal, judicial e executória. Fixação da pena. Fixação da pena privativa de liberdade. Fixação da pena de multa. Causas de extinção da punibilidade. Natureza jurídica e efeitos da extinção da punibilidade. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. Abolitio criminis. Renúncia. Perdão do ofendido. Perdão judicial. Retratação. Decadência e perempção. Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações). Dos crimes relativos a preconceito (Leis nº 7.716/1989 e suas alterações e nº 9.459/1997). Dos crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações). Dos crimes relativos ao mau uso de agrotóxicos (Leis nº 7.802/1989 e suas alterações). Dos crimes de biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Dos crimes do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973 e suas alterações). Crimes previstos da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (6.766, de 1979 e suas alterações).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO Nº 1:

1. Interpretação e aplicação da norma processual penal. 3. Do inquérito Policial (Título II do Livro I - CPP). 18. Leis especiais: d) Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996); g) Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações);

PONTO Nº 2:

2. Direito Processual Penal à luz da Constituição Federal. 10. Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória (Título IX do Livro I - CPP). 18. Leis especiais: e) Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações); i) Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997 e suas alterações);

PONTO Nº 3:

4. Da Ação Penal (Título III do Livro I - CPP). 5. Da Ação Civil (Título IV do Livro I - CPP). 18. Leis especiais: b) Programa de proteção às vítimas (Lei nº 9.807/1999); f) Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações);

PONTO Nº 4:

6. Da Competência (Título V do Livro I - CPP). 7. Das Questões e Processos Incidentes (Título VI do Livro I - CPP). 18. Leis especiais: l) Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações. m) Lei 8.038, de 1990 e suas alterações.

PONTO Nº 5:

8. Da prova (Título VII do Livro I - CPP). 9. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (Título VIII do Livro I - CPP). 18. Leis especiais: h) Lei das organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações);

PONTO Nº 6:

11. Das Citações e Intimações (Título X do Livro I - CPP). 12. Da Sentença (Título XII do Livro I - CPP). 13. Do Processo Comum (Título I do Livro II - CPP). 18. Leis especiais: k) Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações);

PONTO Nº 7:

14. Dos Processos Especiais (Título II do Livro II - CPP). 15. Das Nulidades e dos Recursos em Geral (Títulos I e II do Livro III - CPP). 18. Leis especiais: a) Lei antidrogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações);

PONTO Nº 8:

16. Reforma do Processo Penal (Pacote Anticrime - Lei nº 13.964/2019). 17. Da Execução da Pena (Lei nº 7.210/84). 18. Leis especiais: c) Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019); j) Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações);

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO Nº 1

Constituição: conceito e classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais; supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia e à aplicabilidade. Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas. Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar; Estado de sítio e Estado de defesa. Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PONTO Nº 2

Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; instrumentos; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados. Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); os "consórcios públicos" (Lei nº 11.107/2005 e suas alterações); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, procedimento, limites e controle). Nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); Direitos políticos: cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995 e suas alterações). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

PONTO Nº 3

Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; teorias da interpretação; critério da interpretação conforme; mutação constitucional. Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais); Advocacia (o advogado e a administração da Justiça, direitos, deveres e inviolabilidade); Advocacia pública (procuradorias e defensorias). Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais. Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; seguridade social (saúde, previdência e assistência social); disciplina da comunicação social. Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus,

habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).

DIREITO ELEITORAL

PONTO Nº 1

Direito eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral.

Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Característica do voto. Do sistema eleitoral: sistema majoritário e sistema proporcional. Circunscrição eleitoral. Zona eleitoral. Seção eleitoral. Alistamento eleitoral. Mesa receptora de votos, cabinas e urnas.

PONTO Nº 2

Das coligações. Das convenções para a escolha de candidatos. Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos. Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, Da prestação de contas. Dos partidos políticos. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Registro e funcionamento partidário. Criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos. Da filiação partidária. Da fidelidade e da disciplina partidárias. Das finanças e contabilidade dos partidos. Fundo partidário. Prestação de contas. Aspectos constitucionais, legais e éticos dos partidos políticos. Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração. Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos.

PONTO Nº 3

Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Instâncias Eleitorais. Composição e atribuições. Competência da justiça eleitoral. Poder normativo do TSE. Das pesquisas e testes pré-eleitorais. Da propaganda eleitoral em geral. Da propaganda eleitoral na imprensa. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Propaganda na internet. Do direito de resposta. Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Espécies de propaganda regidas pela Lei nº 9.504/97. Ministério Público Eleitoral. Improbidade administrativa eleitoral.

PONTO Nº 4

Processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Inquérito policial, flagrante, representação, notícia crime e peças de investigação. Ação penal eleitoral. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual. Incidentes. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Recursos. Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral.

PONTO Nº 5

Ação de impugnação de pedido de registro de candidatura. Investigação judicial eleitoral ou representação jurisdicional eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação de impugnação de mandato eletivo. Prestação de contas eleitoral. Do mandado de segurança. Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. Dos recursos eleitorais: pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais.

JUIZADOS ESPECIAIS, CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA E CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS

PONTO Nº 1:

Juizado Especial Cível

PONTO Nº 2:

Juizado Especial Criminal. Código de Organização e Divisão Judiciárias

PONTO Nº 3:

Juizado Especial da Fazenda Pública. Código de Normas

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO Nº 1

Empresa, empresário e direito societário. Estabelecimento empresarial. Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações). Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades. Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples; f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações. Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio.

PONTO Nº 2

Propriedade Industrial. Patentes: a) pedido; b) concessão da patente; c) invenção; d) modelo de utilidade; e) proteção; f) nulidades; g) cessão do pedido ou da patente; h) extinção da patente. Marcas: a) caracterização; b) registro; c) restrições; d) proteção; e) nulidades; f) cessão e licença de uso; g) prazo; h) extinção do registro. Desenhos Industriais: a) titularidade e pedido de registro; b) proteção legal; c) nulidade e extinção do registro.

PONTO Nº 3

Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme de Genebra: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei nº 9.492, de 10.09.97 e suas alterações); d) aceite. Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) commercial paper; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural.

PONTO Nº 4

Recuperação judicial, extrajudicial e falência (Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e suas alterações). Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial. Crise econômica e financeira e cessação do pagamento; causas macro e microeconômicas da crise da empresa. Recuperação judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: plano especial. Recuperação extrajudicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência: a) objetivo; b) juízo universal; c) efeito da sentença em relação às dívidas; d) classificação dos créditos e ordem de preferência. Procedimento e decretação da falência; f) direitos e deveres do falido; g) autofalência; h) efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor; i) Ações falimentares. Crimes praticados na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial: a) competência; b) natureza da ação penal; c) procedimento penal; d) prescrição; e) efeitos da sentença condenatória; f) legitimação passiva; g) condição objetiva de punibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO Nº 1

Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartições de competência (impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na Constituição Federal de 1988). Repartição constitucional de receitas tributárias. Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades. Impostos de competência dos Municípios: ISS, ITBI e IPTU.

PONTO Nº 2

Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário e espécies normativas. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. O "fato gerador" da obrigação tributária. Classificações dos "fatos geradores". Efeitos do "fato gerador". O "fato gerador" no âmbito do Código Tributário Nacional. Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária.

PONTO Nº 3

Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Sanções tributárias. Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa e protesto de certidão de dívida ativa; certidões negativas. Processo administrativo tributário estadual (Lei Estadual nº 18.877/2016). Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança. Impostos de competência dos Estados: ICMS, IPVA e ITCMD. Lei Estadual nº 11.580/1996 (ICMS). Lei Estadual nº 14.260/2003 (IPVA). Título II da Lei Estadual nº 18.573/2015 (ITCMD).

PONTO Nº 4

Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento. Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passadaem julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia.

DIREITO AMBIENTAL

PONTO Nº 1

Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. Ética Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade. Jurisprudência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça. Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. Direito Ambiental Constitucional. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. Competência material na defesa do meio ambiente. Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais. O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional.

Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não Governamentais. ONGs. Espaços territoriais especialmente protegidos. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (Lei nº 9.985/2000). Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Código Florestal. Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006). Proteção do Cerrado e do Pantanal. Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011). Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015). Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006). Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

PONTO Nº 2

Política Nacional do Meio Ambiente. Regime jurídico. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central - Ministério do Meio-Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor - IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. Tipos de Licença (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. Regime jurídico do licenciamento ambiental. Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial - ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial - ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial - ZUPI. Zona de Uso Diversificado - ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. Zoneamento Ecológico-Econômico.

PONTO Nº 3

O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. Regime jurídico das infrações penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública. Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência e de evidência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Intervenção de Terceiros stricto e lato sensu. Recursos. Crimes contra o meio ambiente. Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes ambientais. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição. Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Política Nacional de Saneamento Básico. Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Estadual de Recursos Hídricos. Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição causada por óleo (Lei nº 9.966/2000). Poluição por agrotóxicos. Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Poluição sonora. Política Estadual de Mudanças Climáticas. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009). Pagamento por Serviços Ambientais. Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021). Mudança do Clima e Mercado de Carbono.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO Nº 1

As funções do Estado. Origem do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Conteúdo do regime jurídico administrativo. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB. Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares. Estatuto das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2006). Administração Direta e Indireta. Terceiro Setor. Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Restrições ao princípio da legalidade. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Controle sistemático das relações administrativas. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Invalidade, nulidade, anulação, cassação, caducidade, convalidação e revogação. Principais espécies. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Controle sistemático dos atos administrativos. Regime jurídico dos atos administrativos. Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. Regime dos servidores públicos e titulares de cargos públicos na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Paraná. Cargo, emprego e função pública. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Provimento. Nomeação. Concurso Público. Posse e exercício. Estabilidade. Transferência. Readaptação. Reversão. Reintegração. Recondução. Disponibilidade. Aproveitamento. Vacância. Remoção. Redistribuição. Substituição. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Do regime disciplinar. O funcionário Público Civil. Da Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensões; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e alterações. Estatuto dos Servidores do Estado do Paraná. Regime jurídico dos agentes públicos.

PONTO Nº 2

Improbidade administrativa: Lei Federal nº 8.429/1992. Agentes do polo ativo e passivo. Atos de improbidade. Da ação de improbidade administrativa. Das penas. Enriquecimento ilícito. Prejuízo ao erário. Princípios. Penas. Procedimento e prescrição. Regime jurídico dos atos de improbidade administrativa. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011. Lei Anticorrupção - Lei Federal nº 12.846/2013. Controles da Administração Pública: Controle administrativo; Controle legislativo ou político; Controle judicial. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Controle interno e controle externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Domínio público. Controle sistemático das delegações de serviços públicos. Domínio Público. Bens públicos. Regime jurídico. Classificação, Administração e Utilização. Alienação. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Licitação: Princípios, Obrigatoriedade, Dispensa e Exigibilidade, Procedimentos e Modalidades. Pregão presencial e eletrônico. Fases da licitação. Habilitação. Julgamento. Homologação e adjudicação. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Registro de preços. Regime jurídico de licitações. Contrato administrativo. Espécies. Conceito. Características. Prerrogativas da Administração. Formalização. Execução e inexecução. A cláusula rebus sic stantibus. A Teoria da Imprevisão. As cláusulas de reajuste de preços. Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. Rescisão e anulação. Regime jurídico dos contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Concessões e Permissões de serviços públicos. Forma e condições da outorga do serviço em concessão. O Prazo nas concessões e sua prorrogação. Poderes do Concedente. Os Direitos do concessionário. Regime tarifário e sua revisão. Os Direitos dos usuários. Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos. A reversão dos Bens. Serviços públicos. Responsabilidades civis do concessionário e do Poder concedente. Permissão. Parcerias Público-Privadas. Parcerias com o terceiro setor. Convênios e outras espécies de ajustes colaborativos. Organizações sociais. OSCIPs. Organizações da Sociedade Civil.

PONTO Nº 3

Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Princípios. Dever de sancionar. Processo administrativo. Regime jurídico. Conceito. Processo ou procedimento administrativo. Princípios do processo administrativo. Instauração do processo administrativo e fases do processo. A sindicância. Os sujeitos da relação processual administrativa. Direitos e deveres das partes. Competência. Instrução do processo administrativo. Decisão do Processo Administrativo: estrutura, tipologia. Recurso Administrativo e seus efeitos. Coisa julgada administrativa. Da revisão administrativa. Da prescrição e da decadência. Poderes Administrativos. Poder de polícia: conceito. Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação. Conceito. Requisitos. Bens suscetíveis de desapropriação: Competências relacionadas à desapropriação. Espécies de desapropriação Indenização e consectários legais. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito de extensão. Desapropriação indireta. Retrocessão. Controle da desapropriação. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição. Ocupação provisória. Limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento. Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. Reparação do dano. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Prescrição e decadência. Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos. Procedimento administrativo e judicial. Direito de regresso. Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias. Autarquias comuns e especiais. Agências reguladoras e agências executivas. Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Consórcios Públicos. Tutela dos entes da Administração Indireta. Entidades de colaboração e seu regime jurídico. Jurisprudência e súmulas de direito administrativo do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Súmulas Vinculantes. Temas decididos em regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PONTO Nº 1

Seguridade Social na Constituição de 1988. Regime geral da previdência social. Emenda Constitucional n° 103/2019. Fontes do Direito da Seguridade Social. Constituição. Leis. Atos do Poder Executivo. Normas coletivas e regulamentos. Princípios da Seguridade Social - gerais e específicos.

PONTO Nº 2

Regime Previdenciário do Estado do Paraná. Emendas à Constituição do Paraná n° 45/2019 e 48/2020. Lei Complementar Estadual n° 233/2021. Acórdão TCE PR n° 848/2022. Regime Geral de Previdência Social. Lei n° 8.212/1991. Lei n° 8.213/91. Conceito de segurado e dependentes. Conceito de acidente do trabalho e equiparados. O acidente do trabalho no meio rural. Beneficios acidentários. Auxilio doença acidentário. Auxílio acidente. Aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho. Demais benefícios do RGPS - Plano de Custeio do RGPS.

PONTO Nº 3

Competência federal delegada e benefícios previdenciários comuns (Lei n° 13.876/2019). Previdência privada. Regimes próprios da previdência social. Regime de Previdência Complementar (Lei Complementar n° 108/2001 e Lei Complementar n° 109/2001). Planos de Benefícios de Entidades Abertas e Fechadas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E DIREITOS HUMANOS

PONTO Nº 1

A) SOCIOLOGIA DO DIREITO - 1. Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas. 2. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. 3. Direito, Comunicação Social e opinião pública. 4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios. B) PSICOLOGIA JUDICIÁRIA - 1. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. 2. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. 3. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. 4. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas. C) ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL - 1. Regime jurídico da Magistratura Nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. 2. Direitos e deveres funcionais da magistratura. 3. Integridade pessoal e profissional do juiz. Dignidade, honra e decoro. Diligência e dedicação. Conhecimento e Capacitação. Cortesia e Prudência do Juiz. 4. Ilícitos éticos. Sanções. Lugar da ética na função judicial e na vida particular do juiz. 5. O papel da cordialidade na prestação jurisdicional. 6. Código de Ética da Magistratura Nacional. 7. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. 8. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. 9. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

PONTO Nº 2

D) FILOSOFIA DO DIREITO - 1. O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. 2. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. 3. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável. E) TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA - 1. Direito objetivo e direito subjetivo. 2. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. 3. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 4. O conceito de Política. Política e Direito. 5. Ideologias. 6. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). 7. Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 8. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero - questões centrais. Protocolo de Julgamento com perspectiva de gênero. F) DIREITO DIGITAL - 1. 4ª Revolução industrial. Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário. 2. Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro. 3. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. 4. LGPD e proteção de dados pessoais.

PONTO Nº 3

G) PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL - 1. Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo. 2. Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada. 3. Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão. 4. Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. Whistleblower. H) DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO - 1. Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação. 2. Modalidades de Discriminação. 3. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. 4. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia. 5. Ações Afirmativas. 6. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais. DIREITOS HUMANOS - 1. Teoria Geral dos Direitos Humanos. 2. Sistema global de proteção dos direitos humanos. 3. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos. 4. Controle de convencionalidade. 5. A relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. 6. Os direitos humanos na Constituição Federal de 1988. 7. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos.

7. DA COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ORAL

7.1. A Comissão Examinadora da Prova Oral será composta pelo Presidente e pelos examinadores indicados no Edital nº 051/2025.

7.2. O Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, Presidente da Comissão de Concurso, atuará como substituto eventual de qualquer examinador, em caso de ausência momentânea, de forma a assegurar a continuidade dos trabalhos da Comissão Examinadora.

7.3. A Juíza de Direito Priscila Soares Crocetti, além de examinadora de Direito Eleitoral, atuará como substituta eventual do Desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza em Direito Constitucional, em caso de ausência momentânea deste.

7.4. A substituição eventual não implicará alteração do ponto previamente sorteado para o candidato.

8. DA REALIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DA PROVA ORAL

8.1. A Prova Oral será prestada em sessão pública, de forma individual para cada candidato, na forma do item 15 do Edital nº 001/2025.

8.2. A arguição de cada candidato versará sobre os pontos previamente sorteados nas disciplinas que compõem o programa específico estabelecido no item 6 deste Edital.

8.3. As notas serão recolhidas em envelope, que será lacrado e rubricado pelos examinadores imediatamente após o término da Prova Oral.

8.4. A nota da Prova Oral corresponderá à média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores em cada uma das disciplinas.

8.5. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6,00 (seis) pontos.

8.6. É irretratável em sede recursal a nota atribuída na Prova Oral.

8.7. Os resultados das provas orais serão divulgados e publicados pelo Presidente da Comissão de Concurso em edital específico.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Os candidatos deverão acompanhar as publicações relativas ao Concurso nos meios oficiais, não podendo alegar desconhecimento dos atos, datas, horários, locais ou instruções regularmente divulgados.

9.2. Permanecem aplicáveis à quarta etapa todas as disposições pertinentes do Edital nº 001/2025, especialmente aquelas constantes de seu item 15.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso, observados o Edital nº 001/2025, a Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça e as demais normas aplicáveis.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Curitiba/PR, 28 de outubro de 2026.

Desembargador ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA
Presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7233510